

Comissão prepara *Assembleia* Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder governista Pimenta da Veiga defende a inclusão de parlamentares na comissão especial a ser criada para preparar o esboço de anteprojeto da Constituinte — que deverá ser presidida pelo jurista Afonso Arinos. Essa iniciativa foi apresentada por Tancredo Neves, pouco depois de sua eleição, e o presidente Sarney pretende concretizá-la com o auxílio do ministro da Justiça, Fernando Lyra.

O presidente da comissão interpartidária do Congresso que prepara a reforma político-eleitoral, senador Aloysio Chaves (PDS-PA), confirmou ontem o prosseguimento dos trabalhos desse órgão, "que poderá facilitar a tarefa da futura Assembleia Constituinte", cuja eleição está prevista para 15 de novembro de 1986. A deputada Bete Mendes (sem partido-SP) propôs, formalmente, a criação de comissão especial, de parlamentares e juristas, "para servir de base aos trabalhos da Constituinte da terceira República".

Aloysio Chaves informou que a comissão interpartidária, por proposta das lideranças, deverá ser mantida, ampliando suas atribuições. "É quase certo — disse o senador paraense — que a comissão será aproveitada para preparar as demais reformas que devem preceder à convocação da Assembleia Constituinte." Essas reformas, segundo o ex-líder do governo Figueiredo no Senado, são as que dizem respeito à devolução das prerrogativas do Poder Legislativo, com a eliminação "dos resquícios dos dispositivos punitivos que figuram na Carta de 1967, fruto das idiossincrasias da junta militar em relação ao Congresso".

Pessoalmente o senador pedesista é a favor da manutenção do decreto-lei e do decurso de prazo para aprovar projetos do Executivo, "instrumentos necessários para dinamizar a administração". Quanto à Lei de Segurança Nacional, Aloysio Chaves defendeu sua revisão, alegando que o texto "não mais se coaduna com os novos tempos políticos vividos pelo País".

A proposta de Bete Mendes prevê a formação da comissão especial com 11 juristas, indicados pelo presidente da República, pelo STF, pelo Conselho Nacional de Magistratura, pelo SIM, pelo TSE, pelo TST, pelo TFR e pela OAB e, ainda, com representantes de cada partido na Câmara e no Senado. A deputada paulista disse que o Parlamento não pode ficar à margem do estudo da Constituinte, o que implicaria, como se anuncia, "o avanço do Executivo no comando da ação política". E acentuou: "Os mais afoitos preconizam até a criação de um ministério extraordinário para cuidar do anteprojeto da Constituinte".